



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI PACTUAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA E A EMPRESA G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA

CONCORRÊNCIA Nº 002/18

CONTRATO Nº 054/19

O MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA, com sede na Praça Dr. Horácio Ramalho, 160, Centro, Taquaritinga/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 72.130.818.0001/30, neste ato representado por seu Prefeito **Sr. VANDERLEI JOSÉ MÁRSICO**, brasileiro, empresário, divorciado, portador do RG nº 4.758.415 e CPF nº 434.939.988-72, domiciliado à Rua Visconde do Rio Branco, 441, Centro, CEP: 15.900-000, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, adiante denominado simplesmente ADMINISTRAÇÃO, e de outro lado **G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA**, com sede na Av. XV de Novembro, 517, Centro, CEP: 86.300-000, na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 14.744.458/0001-60, neste ato representada por seu proprietário, o **Sr. GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR**, portador da cédula de identidade RG nº 1.957.456-3 SSP-PR e do CPF nº 443.528.089-20, domiciliado à Rua Pedro Monfernatti, 138, Jd. Panorama, CEP: 86.300-000, na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente CONCESSIONÁRIA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Outorga de concessão onerosa do uso e exploração econômica para gestão das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos do município de Taquaritinga/SP, bem como execução de obras, fornecimento, instalação, gestão, operação, fiscalização e manutenção do sistema pago, através de sistema informatizado e digital, contemplando adequação, instalação, manutenção e operação técnica, tecnológica e financeira, através de controles informatizados e automatizados por meio de equipamentos eletrônicos para registro dos veículos no sistema e pagamento das tarifas, controle de ocupação e utilização remunerada das vagas de estacionamento rotativo, e sistemas suplementares de pagamento, como de aquisição de créditos via internet e smartphone, entre outros especificados no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas de investimento do presente contrato correrão à conta da CONCESSIONÁRIA.

2.2. A remuneração recebida pela ADMINISTRAÇÃO pela outorga da concessão da exploração decorrente deste contrato será utilizada de acordo com o previsto na legislação em vigor, não onerando dotação orçamentária do presente exercício nem nos seguintes, em relação a recursos próprios.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA TARIFA

3.1. R\$ 2,00 (dois reais) pelo período de 1 (uma) hora, em se tratando de veículos.

3.2. O tempo máximo de permanência do veículo em uma mesma vaga será de 2 (duas) horas.

3.3. O valor da tarifa de estacionamento poderá ser revisto a qualquer tempo, obedecendo o índice oficial a ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal, limitando-se a 0,10 da URMT (Unidade de Referência do Município de Taquaritinga), conforme disposto na Lei Municipal nº 4512/18.

3.4. A Contratada, quando julgar necessária a revisão do preço público, deverá fazer demonstrativa através de planilha de custos, demonstrando tal pretensão e submete-lo ao Município, a quem caberá autoriza-lo ou não.

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

3.5. As retificações poderão ser realizadas através de decreto pelo Poder Público, podendo ser alterada valores de tarifa, implantar sistema de tarifas diferenciadas, desde que não haja desequilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

4.1 . Os valores a serem repassados mensalmente ao poder concedente, pelo pagamento da presente outorga, serão propostos em percentual, sobre a receita total arrecadada pelo uso do estacionamento, de **43,11%** (quarenta e três vírgula onze por cento) sobre o total bruto arrecadado mensalmente.

CLÁUSULA QUINTA: DOS LOCAIS E INÍCIO DOS SERVIÇOS

5.1 Os locais de execução do objeto estão indicados nos Anexos II parte integrante do Edital e do presente instrumento.

5.2 A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 90 (noventa) dias para implantação total do sistema, podendo este prazo ser prorrogado igual período, desde que devidamente justificado, desde que aceito pela ADMINISTRAÇÃO.

5.3 Após assinatura deste, a CONCESSIONÁRIA terá um prazo de até 30 (trinta) dias para instalação do escritório de trabalho ou ponto de atendimento, neste Município, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

5.4 Ao final do prazo de concessão, obras e instalações reverterão para o Município, em perfeitas condições de uso, sem qualquer indenização ou pagamento à CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE CONCESSÃO

6.1 O prazo da concessão será de 05 (cinco) anos, contados da emissão da ordem de sistema, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1. A recusa da CONCESSIONÁRIA em assinar o Contrato de Concessão de Serviço Público, aceitá-lo ou retirá-lo dentro do prazo de vigência da proposta, caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas, ficando a mesma, caracterizada como desistência do certame.

7.2. O atraso injustificado na execução da avença sujeitará a Adjudicatária à destituição de vencedora do certame.

7.3. Pela inexecução total ou parcial por parte da CONCESSIONÁRIA, além das medidas e penalidades previstas no contrato de concessão de serviço público, deverá a mesma sujeitar-se ao pagamento das multas previstas no Decreto Municipal 3917/2012.

7.4 Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONCESSIONÁRIA às demais penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLAUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E REVOGAÇÕES

8.1. O Município de Taquaritinga poderá revogar a Concessão nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei que regula os procedimentos licitatórios (Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações), no que couber pela Prefeitura também nos seguintes casos:

- a) na ocorrência de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução da concessão;
- b) pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas avençadas ou pelo seu cumprimento irregular;
- c) quando, pelas reiteradas impugnações feitas pela Prefeitura evidenciada a incapacidade da LICITANTE VENCEDORA para dar execução à concessão ou para prosseguir na sua execução;



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

d) se a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, no todo ou em parte, sem conhecimento da Concedente, sem comunicação ao poder concedente;

e) na ocorrência de protestos de títulos ou na emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterize a insolvência da CONCESSIONÁRIA e,

f) por acordo mútuo ou por razões de exclusivo interesse da Administração.

CLÁUSULA NONA: VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

9.1 As partes dão ao presente Contrato o valor estimado de R\$ 7.664.025,60 (sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos), pelo período de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA: FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado será efetivada pelo DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO e seus instrumentos legais, cabendo a autoridade de trânsito o total apoio à operação, fazendo cumprir as normas gerais de trânsito, conforme as disposições legais vigentes, principalmente no sentido de autuarem os eventuais infratores que não respeitarem o sistema, aplicando-lhes, assim, as penalidades cabíveis.

10.2. A Concessionária, através de seus monitores, gerenciará o Sistema orientando os usuários sobre os procedimentos e formas de utilização e fiscalizará os tempos de utilização dos veículos estacionados.

10.3. Todo o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado será implantado e operacionalizado pela Concessionária, que arcará com todos os custos e investimentos decorrentes ao longo da Concessão.

10.4. Todos os funcionários da Concessionária deverão trabalhar trajando vestuário adequado ao exercício da função, contendo no mínimo camisetas, capa de chuva e agasalhos de frio.

10.5. A Concessionária deverá atender a chamados técnicos em até 2 horas a partir da comunicação por escrito do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

10.6. Disponibilização de estação de trabalho (computador, periféricos, mesas e cadeiras) a ser interligadas ao servidor de banco de dados, para central de controle operacional, a ser utilizada por agentes de trânsito alocados para fiscalização.

10.7. Sistema de vídeo monitoramento on-line, para apoio a fiscalização de trânsito em atendimento aos ditames da resolução 532/2015 do Contran.

10.8. Disponibilização de servidor de banco de dados, link de internet e sistema de software de vídeo monitoramento on-line com exibição /gravação de imagens de veículos irregulares por determinação de agentes de trânsito em tempo real, por OCR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO:

11.1. Regular e manter o serviço concedido;

11.2. Fiscalizar o serviço concedido;

11.3. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

11.4. Fiscalizar e aplicar as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, autuando os veículos infratores, direta ou indiretamente, ou por solicitação dos fiscais do Concessionário;

11.5. Providenciar a remoção dos veículos infratores, nas hipóteses indicadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, direta ou indiretamente;

3



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

11.6. Manter apoio às atividades do Concessionário na prestação do serviço concedido, contribuindo para que o sistema de estacionamento rotativo seja respeitado pelos usuários de acordo com a legislação que o regulamenta, e operando com taxa de ocupação de vagas correspondente à taxa de equilíbrio econômico-financeiro de execução do contrato.

11.7. Autorizar a CONCESSIONÁRIA a implantação e operação dos equipamentos nos locais a serem determinados;

11.8. Informar à CONCESSIONÁRIA, a constatação de qualquer defeito, vícios ou incorreções nos equipamentos resultantes da execução ou de materiais empregados e exigir sua reparação ou substituição sem qualquer ônus para o CONCEDENTE;

11.9. Fiscalizar a prestação dos serviços e comunicar a CONCESSIONÁRIA qualquer irregularidade detectada;

11.10. Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como, estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações dos usuários;

11.11. Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma prescrita em lei, nas normas pertinentes e no contrato;

11.12. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;

11.13. Atender as NOTIFICAÇÕES aplicadas pela CONCESSIONARIA com embasamento na íntegra do Artigo 19, da Lei Municipal N. 4512, de 20 de junho de 2018, devendo a Concessionária disponibilizar equipamentos compatíveis para o recebimento dos valores devidos diretamente a conta da Concessionária.

“Artigo 19, da Lei Municipal N. 4512, de 20 de junho de 2018: Os veículos que se encontrarem estacionados sem o devido uso do cartão de estacionamento, ou com o tempo pago expirado, serão notificados pelos agentes de fiscalização do Sistema de Estacionamento Rotativo - “Área Azul”, e terão o prazo para regularizar o pagamento da tarifa pelo uso da vaga, até às 17h (dezessete horas) do primeiro dia útil subsequente, da data da emissão da notificação, junto ao órgão municipal que administra a Área Azul, no Município de Taquaritinga. Fica fixado em 1,5 (uma e meia) URMTs (Unidades de Referência do Município de Taquaritinga), o valor da TARIFA DE PÓS UTILIZAÇÃO. Os dados dos veículos, com a localização georeferenciada que não efetuaram o pagamento da tarifa estabelecida no parágrafo anterior, serão encaminhados, à autoridade municipal de trânsito para aplicação de penalidades previstas no art. 181, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).”

11.14. Regulamentar, fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços e cumprir e fazer cumprir as disposições de serviços e cláusulas contratuais;

11.15. Expedir a ordem de serviço para o início da prestação dos serviços licitados;

11.16. Autorizar a CONCESSIONARIA a implantação e operação dos equipamentos nos locais a serem determinados;

11.17. Informar à CONCESSIONARIA, a constatação de qualquer defeito, vícios ou incorreções nos equipamentos resultantes da execução ou de materiais empregados e exigir sua reparação ou substituição sem qualquer ônus para o CONCEDENTE

11.18. O CONCEDENTE se obriga a entregar as áreas objeto deste Edital, em condições de operação pela CONCESSIONARIA, livre de elementos estranhos ao Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA NA EXPLORAÇÃO DA “ÁREA AZUL”:



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

- 12.1. A Concessionária deverá, através de seu preposto, ser responsável pelo objeto da concessão, respondendo pelo fiel cumprimento do Contrato, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão direta, independentemente de estes trabalhos serem executados por ela própria ou por subcontratadas.
- 12.2. Quando o trabalho de colocação de placas e pintura de solo for subcontratado, a Concessionária deverá informar ao representante da Concedente os nomes das empresas, data e hora em que se realizarão.
- 12.3. O representante da Concedente poderá exigir medidas adicionais na área de abrangência do Projeto, como também poderá suspender os trabalhos temporariamente até que as medidas de segurança sejam consideradas suficientes.
- 12.5. A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- 12.6. O não cumprimento, pela Concessionária, dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, poderá importar na rescisão do Contrato, sem direito à indenização.
- 12.7. A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.
- 12.8. Identificar e notificar e enviar em tempo real imagens dos veículos estacionados nas vagas do sistema, aplicando a Notificação de Irregularidade, por equipamentos de vídeo-monitoramento com sistema integrado de OCR, que possa captar imagens em tempo real, e gravar, conforme resolução 532/2016 CONTRAN, à Autoridade Municipal de Trânsito para que possa por falta de pagamento da tarifa de pós utilização, possa ser lavrada multa. E também representante do Poder Concedente no contrato, os dados relativos aos veículos que deixaram de efetuar o pagamento da tarifa.
- 12.9 Os agentes municipais de trânsito acompanharão em tempo real, os veículos estacionados sem pagamento de tíquete e acima do tempo máximo permitido na mesma vaga.
- 12.10. A Concessionária será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente ao Município de Taquaritinga, Concessionárias de Serviços Públicos (energia, água, telefone, gás, etc.) ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo aquela responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento, pela Concedente, do desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.
- 12.11. Ao Poder Público Municipal não caberá nenhuma responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer na área do sistema de estacionamento rotativo – “Área Azul”, ficando exclusivamente a cargo da Concessionária esta responsabilidade, nos termos do artigo 17 da Lei Municipal 4512/18.
- 12.12. Somam-se àquele retro mencionado neste item as obrigações abaixo relacionadas, compondo o escopo de obrigações da CONCESSIONÁRIA:
- 12.13. Não danificar o passeio público, e preservar as tubulações da concessionária, ou quaisquer outras interferências, com reparação de eventuais danos, ocasionados direta ou indiretamente, através do fornecimento de materiais e mão-de-obra habilitada para a execução dos trabalhos, sem ônus para a Municipalidade;
- 12.14. Arcar com todos os ônus decorrentes da execução do contrato de concessão;
- 12.15. Prestar o serviço adequado, na forma da lei, dentro das normas técnicas aplicáveis e nos termos do contrato;
- 12.16 Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, permitindo às fiscalizações livre acesso, a qualquer tempo, às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;





Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

- 12.17. Identificar, notificar e bloquear por 24 horas a placa dos veículos infratores em tempo real, informando ao Departamento de Trânsito ou a seus agentes municipais de trânsito a utilização irregular das vagas de estacionamento, além de informar a taxa de ocupação de vagas (veículos pagantes e em situação irregular), de forma a demonstrar a operação do sistema dentro da taxa de equilíbrio econômico-financeiro de execução do contrato;
- 12.18. Instalar e manter durante toda a vigência do contrato, escritório operacional no Município de Taquaritinga, com telefone, fax, internet, para o funcionamento do setor administrativo, financeiro, operacional e atendimento ao público, onde serão mantidos os registros da operação do objeto desta Licitação e local de atendimento ao usuário;
- 12.19. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que prestar, pelo fornecimento, instalação, operação, manutenção permanente e preventiva dos equipamentos durante todo o período contratual, assim como o cumprimento das especificações técnica, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação de seus serviços, causados ao Município de Taquaritinga, a terceiros, a logradouros ou equipamentos públicos;
- 12.20. Comunicar ao CONCEDENTE, expressamente, qualquer defeito constatado durante a operação dos equipamentos;
- 12.21. Atender dentro do prazo declarado a solicitação da Prefeitura de Taquaritinga, a prestar manutenção preventiva e corretiva necessária aos equipamentos;
- 12.22. A contratada é obrigada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções de material empregado;
- 12.23 Não subempreitar, sem autorização prévia do Executivo Municipal, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das especificações;
- 12.24. Manter o quadro de pessoal administrativo e operacional, obrigando-se a arcar com as despesas de pessoal necessário à administração, execução e fiscalização dos serviços, não cabendo contra a municipalidade nenhuma ação por perdas e danos ou roubo quanto aos veículos estacionados nos locais permitidos e explorados pela empresa vencedora da presente concorrência.
- 12.25. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com o serviço público, bem como, cumprir e fazer cumprir as normas dos serviços e cláusulas contratuais de concessão;
- 12.26. Obedecer aos prazos e padrões estabelecidos para execução dos serviços previamente definidos neste edital;
- 12.27. Deverá aceitar e respeitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato às modificações das disposições regulamentares dos serviços, inclusive decorrentes das alterações da legislação pertinente e de atualização tecnológica determinadas pelo Poder Público;
- 12.28. Permitir estacionamento sem ônus, dos carros oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, bem como os de sua administração indireta e fundacional a serviço de órgão público, quando devidamente identificados; das ambulâncias; das viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil Municipal; dos veículos de concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica, telefonia e de abastecimento de água e coleta de esgoto; dos veículos de apoio técnico de imprensa; dos táxis, desde que na área devidamente demarcada; dos ônibus circulares, desde que na área a eles destinada ao embarque e desembarque de passageiros e dos carros de transporte de valores, bem como permitir estacionamento sem ônus, pelo período de até duas horas, dos veículos conduzidos ou que transportem idosos e pessoas portadoras de deficiências de dificuldade de locomoção, nos termos da Lei Municipal nº 4.512/2018.



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

12.29. Permitir aos encarregados da fiscalização do poder CONCEDENTE livre acesso em qualquer época, as obras, aos equipamentos e as instalações integrantes do serviço, bem como aos seus registros contábeis, observando programação prévia de visita em horário normal de expediente, sempre acompanhando de representante da CONCESSIONARIA;

12.30. Recuperar em 72 (setenta e duas) horas após comunicação do ÓRGÃO MUNICIPAL, todo dano que ocorrer nos logradouros e passeios públicos quando da fixação de postes, placas etc.;

12.31. Utilizar, preferencialmente, 80% (oitenta por cento) de mão de obra do Município de Taquaritinga.

12.32. A manutenção de postos de vendas fixa em número suficiente para satisfazer a demanda do local, observando o número mínimo de **20 (vinte) pontos de vendas**.

12.33. Deverá manter **01 (um) supervisor** a fim de exercer as atividades atinentes à empresa operadora, no qual assuma toda e qualquer responsabilidade técnica com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se tome necessária;

12.34. Providenciar o repasse do valor proposto à Prefeitura até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente.

12.35. As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela CONCESSIONARIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre a Prefeitura de Taquaritinga e os terceiros contratados pela CONCESSIONARIA.

12.36. Manter no mínimo **09 (nove) monitores**;

12.37. Manter no mínimo 1 (um) totem de autoatendimento indoor com aceite de no mínimo 04 (quatro) tipos de moedas e aceite de cartão de crédito, com tela touch screen, sendo 1 para cada 100 (cem) vagas

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

13.1. Para efeito de remuneração, os repasses ao Município deverão ser efetuados mensalmente, e deverão ser realizados até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, através de depósito a ser efetuado em conta bancária indicada pela concedente e demonstrativa de receitas correspondentes, devidamente comprovados.

13.2 O valor do pagamento eventualmente efetuado com atraso sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, procedendo-se o cálculo "pro-rata die" entre o décimo dia útil da data de atestação da prestação de contas e a data do efetivo repasse. Não podendo ultrapassar 3 (três) meses, sob pena de penalidade estabelecidas no descumprimento contratual, e rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A CONCESSIONÁRIA efetuou, nesta data, depósito, na modalidade de Seguro Garantia – Apólice nº 014142019000107750114116, no valor de R\$ 8.455,00 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado de investimento, para a garantia do perfeito cumprimento do presente.

14.2. A devolução da garantia ofertada será procedida após o encerramento do contrato, desde que restarem cumpridas todas as obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades supervenientes;

14.3. Elegem as partes o foro da Comarca de Taquaritinga, Estado de São Paulo, onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais, privilegiado que seja.



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

14.4. A participação nesta CONCORRÊNCIA implicará na aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e instruções, bem como normas gerais ou especiais aplicáveis.


14.5. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, conforme disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

14.6. A rescisão contratual se dará nos termos do artigo 77, nos casos elencados no artigo 78, no modo estabelecido no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal e no Decreto Municipal 3917/12.


E por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presente.

Taquaritinga, 09 de agosto de 2019.


Vanderlei José Mársico
Prefeito Municipal


Gilberto Guidorizzi da Silva Júnior
G2 Empreendimentos e Logística Ltda

TESTEMUNHAS:


Gerson Beggiano
RG 4.848.337
CPF 434.947.148-00


Anieli de Oliveira Torres
RG 44.560.830-4
CPF 375.354.758-17